

NOTAS PRELIMINARES: UNIVERSIDADE POPULAR OU EXPERIÊNCIAS POPULARES NA UNIVERSIDADE?

Fernanda dos Santos Paulo¹

RESUMO

Neste texto será abordado notas preliminares sobre a universidade na relação com a Educação Popular. A questão orientadora para a produção deste texto é: *Afinal o que se entende por universidade popular?* Para tanto, dialogo com algumas experiências, de maneira muito sucinta, a partir de experiências advindas de alguns Movimentos Sociais Populares que vem tendo como pauta o tema da universidade, a exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST), via Campesina, Movimento Indígena (experiência no Amazonas) e Movimento de Educadores populares de Porto Alegre. Também pontuo brevemente, a universidade discutida enquanto política governamental, tais como o ProUni, o REUNI e o PROLIND. A autora trata do tema a partir de seus vínculos com a temática em questão, e toma como referência principal Paulo Freire e autores da América Latina para dialogar, principalmente, sobre os desafios de construir uma universidade radicalmente popular.

Palavras Chave: Universidade Popular; Movimentos Sociais; Educação Popular;

INTRODUÇÃO

Inicialmente, peço licença para usar a primeira pessoa do singular para a produção deste artigo, pois possuo, em alguma medida, uma íntima ligação com o tema deste artigo. Para abrir a discussão como porta de entrada, me pergunto para produzir este texto a seguinte questão: *Afinal o que se entende por universidade popular?*

A discussão sobre a universidade popular nasce para a autora desse texto a partir da sua história de vida, enquanto educadora popular atuante em Movimentos Populares e trabalhadora em diferentes contextos educativos. Essa experiência de vida vem sendo fruto de reflexão no trabalho e na universidade. De outro lado, através do relato de um colega, doutorando da Universidade do vale dos Sinos (Unisinos) e docente do Instituto Federal do Amazonas, o qual vem dialogando comigo sobre uma experiência de um curso de licenciatura

¹ Educadora popular, militante da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (RS) e noutros movimentos comunitários. Professora da rede escolar pública do RS e doutoranda em educação na Unisinos, sob orientação do professor Dr. Danilo Romeu Streck e co-orientador: C. R Brandão. Bolsista Capes-Proex (taxas escolares). E-mail: fernandaeja@yahoo.com.br

em física para indígenas do Amazonas, realizado no Instituto Federal: campus São Gabriel da Cachoeira².

No entanto, as experiências aqui descritas estão atravessadas pelo atual contexto da política educacional em interface com alguns dos referenciais que falam sobre universidade popular. No atual contexto, não é raro ouvirmos o termo “universidade popular” enquanto política estatal de expansão ao acesso à educação superior, tal como: o ProUni³, o REUNI⁴ e o PROLIND⁵. Inclusive essa discussão está presente em algumas universidades federais como pode ser verificado na imagem abaixo:



Figura 1. Frase escrita na coluna de uma das faculdades da UFRGS

No meu caso, acessei à universidade a partir da parceria com os Movimentos Sociais (MS) e não através de uma política governamental, mas de uma política de inclusão social. Porém, não significa que ambas as formas de acesso à educação superior estejam referenciadas pelos pressupostos da Educação Popular (EP).

Desta forma trago aqui, um outro modo de conceber a universidade popular, como política de acesso das classes populares neste nível de educação, mas não como projeto de universidade popular associado a uma sociedade que projete a emancipação humana. Por

² O colega mencionado chama-se Vlamir do Nascimento Seabra, professor do Instituto Federal do Amazonas e doutorando na Unisinos.

³ É o programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. (Fonte: <http://siteprouni.mec.gov.br/>)

⁴ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. (Fonte: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>)

⁵ O Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND) é um programa realizado pelo Ministério da Educação (MEC), numa iniciativa conjunta de duas de suas secretarias, a Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade (Secad) e a Secretaria de Ensino Superior (SESU). O principal objetivo do programa é apoiar financeiramente cursos de licenciatura especificamente destinados à formação de professores de escolas indígenas, as chamadas licenciaturas indígenas ou licenciaturas interculturais. (Fonte: <https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/nao-humanos/prolind-2/>)

outro lado, seria uma contradição da minha parte, se não reconhecesse a política governamental de acesso à educação superior como avanço na história da nossa educação.

Outro avanço importante está na história da educação indígena através da protagonização destes sujeitos. Isto pode ser verificado na experiência do curso de Licenciatura no IFAM/Campus São Gabriel da Cachoeira no Amazonas. A proposta é oriunda da Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade (Secad) e da Secretaria de Ensino Superior (SESU) ligadas ao MEC. Contudo, se faz importante enfatizar que houve a interlocução da Associação das Escolas Indígenas Takano Yepa Mashã-AEITY na busca de tal proposta.

Porém, há diversas controvérsias em relação a esta política pública, pois ainda é uma proposta homogeneizadora e urbana sem valorização da cultura local. Ou seja, os indígenas desta experiência não participaram ativamente da produção do curso, diferentemente de outras experiências de Movimentos Populares, a exemplo da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) que participou da construção dos cursos via universidade, Movimentos Populares, fóruns de educação e assistência social e, em alguns casos, com o Ministério da Educação. (Paulo, 2013).

Outra crítica referente à experiência do curso de licenciatura em física para indígenas do Amazonas que pode ser feita refere-se ao caráter Tutelar do Estado em relação aos povos indígenas, retirando o caráter emancipatório das suas lutas. Estes limites apresentados se distanciam da Educação Popular. Mas, mesmo com esses limites, há quem denomine, a partir de suas práticas e de suas lutas, essa experiência como um tipo de universidade indígena que estaria, de algum modo, em diálogo com a cultura local, o que se aproximaria com a Educação Popular.

Entretanto, isto por só, não se apresenta como universidade popular na concepção de EP freiriana. Este é o referencial que me aproxima para refletir sobre as potencialidades uma universidade popular associado a um projeto de sociedade em que a educação não esteja dissociada dos pressupostos políticos, pedagógicos, sociais e culturais de cunho emancipatório.

Sabe-se que a universidade surge como instituição construída, prioritariamente, para a elite, excluindo a classe trabalhadora deste espaço educacional. Sendo assim, revela-se, na sua história, que ela esteve aberta para poucos. E, com isto, sublinha-se que a luta pela abertura das portas da universidade para o povo é recente, sendo fruto de movimentos políticos de intelectuais progressistas e dos Movimentos Sociais Populares. A luta desses movimentos pelo acesso à universidade é uma bandeira política e de disputa por um espaço que esteve

fechado e silenciado para muitos. Florestan Fernandes nos diz que a universidade teve como papel prioritário formar intelectuais para o desenvolvimento do Brasil e na América Latina, ou seja, a universidade esteve a serviço dos setores dominantes (Fernandes, 2010). Para ele, a universidade possui uma origem política de importação de modelos europeus, a isto Freire (1993) chamaria de *educação bancária* o que leva os oprimidos a se sentirem *menos*.

Nesse sentido, a Educação Popular (EP) na universidade não se aproxima com o modelo de universidade copiada do contexto europeu, mas isto não significa que a EP negue os processos históricos e políticos da origem dela. Pois, é a partir desta historicidade que educadores (as) progressistas e Movimentos Sociais Populares da América Latina iniciam um processo de reflexão crítica a respeito da condição humana, enquanto sujeitos portadores e produtores de saberes e experiências, diferentes do contexto europeu, que desta forma, necessitam buscar metodologias de trabalho popular para libertarem-se dos modelos opressores que os coisificam como objetos e não sujeitos da história da educação. (Dussel, 1977; Freire, 1994a).

No campo da Educação Popular freiriana, a universidade é tomada como um espaço político-pedagógico, bem como social e cultural em que ocupar esse espaço é uma forma de resistência dos oprimidos não para apenas adquirir um diploma universitário, mas para construção de um *novo poder*, o qual produza espaços de *empoderamento* das classes populares, por meio da união/organização (Freire, 1993) dos historicamente excluídos da universidade. Mas para isto, a universidade se popular, numa perspectiva freiriana, não pode estar separada do “mundo da vida” e por isto “Para o êxito da luta, a consciência ética e a consciência política dos lutadores têm importância decisiva”. (FREIRE, 1994a, p. 172).

A *luta* dos oprimidos, enquanto categoria histórica traduz o contexto político dos avanços e retrocessos da construção de uma universidade aberta aos setores populares, e diante disto, são os MS que possuem um papel fundamental na organização desses setores e na sua formação política. Com isto, temos universidades populares ou experiências populares na universidade?

2. UNIVERSIDADE POPULAR: AUTORES E EXPERIÊNCIAS

Florestan Fernandes, já mencionava a universidade enquanto um espaço resultante das ideias eurocêntricas, pois caracteriza-se por importação de modelos empacotados sem identidade nacional, tampouco associadas a realidade cultural plural da América Latina.

Assim, parece ser necessário afirmarmos que, até o presente momento, a universidade brasileira possui modelos em disputa e de tensionamentos e isto resulta do contexto acima. No caso da universidade no Brasil ela, como já mencionei anteriormente, foi e ainda, mesmo com os avanços importantes na última década, um espaço destinado, sobretudo às elites. Nos últimos anos, com as políticas governamentais fomentadas por partidos, ditos populares (de esquerda), a educação superior entrou na agenda da educação escolar como uma das políticas prioritárias, principalmente em se tratando da questão da inclusão da classe popular neste espaço.

A crítica advinda, maiormente, dos Movimentos Sociais Populares, os quais se embasam sua *luta* pelo direito ao acesso a esse nível de educação, é porque os critérios de acesso ao povo na universidade têm sido celetistas, meritocráticos e individualistas, assim como está separado dos problemas sociais e das discussões de cunho político, econômico e cultural. Ou seja, deste modo, exclui a grande parcela da sociedade: os setores populares.

Os Movimentos Sociais Populares se configuram enquanto espaço de luta pela educação de qualidade com justiça social e estes mesmo com os limites apresentados pelo modelo de Estado capitalista, ainda possuem um importante papel no fomento e ou tensionamento de políticas sociais. Alguns destes vêm pressionando o governo para a construção de mecanismos de acesso e permanência da classe popular na universidade, por exemplo o “Movimento Pró-Universidade”, bastante articulado no Rio Grande do Sul e São Paulo. Em Porto Alegre (RS), podemos citar outros Movimentos Populares que, também se organizam em torno do tema da educação: Movimento Negro, o Movimento de Educadores Populares, o Movimento Indígena, entre outros (Paulo, 2010; 2013).

Para Thiago Ingrassia Pereira (2014):

[...] tema universidade popular é um projeto em disputa, ora encontra-se associado a vertentes anarquistas e comunistas, que, além das tradicionais críticas ao modelo tradicional de universidade elitista, promovem forte contestação às políticas governamentais de expansão, como o ProUni e o REUNI, ora está relacionado a práticas que se situam a partir de preocupações instrumentais de formação para o trabalho. A possibilidade da experiência da UFFS chegar a de uma universidade popular é algo que precisa ser examinado ao longo do tempo, pois a nova universidade ainda está dando seus primeiros passos.(2014, p.100)

O autor acima, fez um estudo sobre a relação entre a Educação Popular e Movimentos Sociais e a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul(UFFS). Esta experiência, tem se aproximado com as questões relacionadas à Educação Popular e a produção de uma Universidade Popular, contudo tem seus limites, oriundos de todo e qualquer processo que se quer inovador e questionados das bases fundantes da história da universidade. O mesmo autor

coloca que um dos limites é o “contexto reformista (REUNI) situado nos marcos burocráticos sob a lógica mercantil”(p,107). Pereira (2014) , destaca em sua tese aproximações entre a universidade e a Educação Popular, sendo que uma delas é a criação de “um grupo PET de forma interdisciplinar entre os cursos, tendo por base os princípios da Educação Popular”. (p.229).

A esse respeito, um dos autores que há bastante tempo vem estudando o tema da EP e universidade é o professor *Reynaldo Mathias Fleury* e ele nos diz que “os movimentos sociais organizados reivindicam o reconhecimento de suas culturas e de seu direito de participar do debate científico, tradicionalmente restrito aos grupos socialmente hegemônicos”. (FLEURI, 2009.p. 86).

Então, retomo com estes apontamentos, a pergunta que me mobiliza a escrever este artigo: *Afinal o que se entende por universidade popular?*

A universidade popular, a partir desses estudos, não significa ser ela apenas um espaço público ou privado que garanta o acesso à classe popular na educação superior. Também não se trata de uma experiência isolada de um curso ou programa comunitário que dialoga com os MS. Todavia, para adentrar a essa historicidade conceitual, é preciso rememorar as primeiras experiências que tratavam de universidades populares, não para servirem de modelos, mas como iniciativas de resistência a proposta de educação elitizada.

Conforme Rossato, as universidades populares são oriundas do século XIX e início do século XX. (2005). Para ele, as primeiras experiências de universidades populares surgiram na França (século XIX), a partir da necessidade da educação operária e de adultos, bem como da de valorização cultura popular. (ROSSATO, 2005.). No contexto da Itália, por exemplo, o popular, no que se refere à Universidade Popular, Gramsci nos diz que “ Em Turim, a Universidade Popular é uma chama fria. Não é nem universidade nem popular.” (1976, p.103). O autor fala de uma universidade que tomava o *popular* como *beneficência*, e não como projeto emancipatório.

No tocante à América Latina, a universidade popular é fruto de uma vertente socialista da luta por universidade para o povo. De acordo com Adriana Puiggrós (2010), Andrés Bello teria o desejo de construir universidades para o povo, tomando como inspiração o modelo francês, o qual não negaria “o papel que as sociedades de comércio, indústria e de beneficência exerciam nesse sentido” (p.73). Já, o José Carlos Mariátegui, entende por universidade popular um espaço autônomo de produção de uma “cultura operária”. (Pericás, 2010).

Com estes olhares, parece que por universidade popular, os autores acima citados (Pericás e Puiggrós) aproximam esse projeto com a concepção da EP, principalmente em se tratando de Mariátegui. O *popular* aqui trata-se de projetar uma universidade para o povo, assim, como define Freire, quando fala da adjetivação do *popular* diferenciando-a da elite. (FREIRE, 2008). Popularizar esse espaço não é, portanto, uma luta tão recente na América Latina, mas o é no Brasil (menos de um século).

Em nosso país, o movimento pela popularização da universidade iniciou-se a partir do trabalho de educadores que se rebelavam contra a exclusão da classe popular dos bancos universitários. Paulo Freire é um desses educadores que militou em prol da educação pública e popular. Ele por meio das suas experiências em diferentes espaços educativos produziu através da práxis um referencial da EP, sendo que o seu trabalho na antiga Universidade do Recife no início dos anos 1960 influenciou sua produção intelectual. As experiências no *Serviço de Extensão Cultural* possibilitou o diálogo entre universidade, Movimento de Cultura Popular e os setores populares. (Freire, 1994b). Sobre isto, um autor que contribui para pensar Freire e a universidade é o Jarbas Maciel. É ele quem escreve no ano de 1963 sobre “A fundamentação teórica do sistema Paulo Freire”.

No artigo de Jarbas Maciel, dentre as questões que ele aborda estão: 1) *Experiência do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife*; 2) *Fundamentação Teórica do Sistema*; No item 2, Jarbas vai trazer a universidade popular como processo intrínseco ao Sistema Paulo Freire, ou seja:

No Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos, nossa equipe tem tentado minimizar a codificação às sugestões -chaves fundamentais, desprezando o maior número possível de detalhes desnecessários, com vistas não tanto a uma maximização do teor do aprendizado, mas a uma *maximização da economia de tempo para o aprendizado*. A maximização do teor do aprendizado está prevista, em doses cada vez mais compactas e completas, para as etapas seguintes, que terminarão na Universidade Popular. (MACIEL, 1963, p.54 no PDF).

Para Brandão⁶, foi Jarbas Maciel que anunciou pela primeira vez, através do Método Paulo Freire e seu Sistema de Educação, o projeto “que deveria desaguar na criação de uma nova universidade popular”.

Anos mais tarde, Boaventura de Sousa Santos defende a criação de uma universidade popular dos Movimentos Sociais. Isto ocorreu no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre no ano de 2003, sua defesa era de que se faz necessário “uma contra universidade”, ou seja, uma universidade não elitista. Propostas como estas nos apresentam abertura para novas *leituras da realidade* (STRECK; ADAMS, 2012), as quais se colocam como desafio

⁶ Em um texto encaminhando por e-mail, sem data de publicação.

emergente. No entanto, a luta pela reinvenção da universidade é muito nova no Brasil, um tema caro e profícuo para estudos e pesquisas no campo da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com estas breves notas, busquei abordar um pouco do contexto histórico das universidades populares, mas não visualizei em nenhuma das experiências, pelo menos nas descritas aqui, uma universidade radicalmente popular. Entretanto, há experiências populares na universidade e muitas delas se aproximam com a Educação Popular, a exemplo: da atuação do Freire na universidade, do movimento de educadores populares de Porto Alegre (RS). Este último, objetiva o acesso de educadores (as) populares em cursos superiores, os quais possam dialogar com as suas práticas pedagógicas em diferentes contextos educativos, numa perspectiva da Educação Popular freiriana. Julgo desta maneira, ser importante citar que nesse mesmo projeto, mas mais avançado e posicionado politicamente, estão as lutas do Movimento dos trabalhadores sem Terra (MST) com o seu curso “ Pedagogia da Terra” e a Via Campesina que participam das discussões sobre a construção da universidade popular a partir de Marx e Freire⁷.

Sob essa ótica, a universidade popular freiriana não se separa com as raízes epistemológicas, sociológicas e políticas da Educação Popular, portanto, a sua construção requer participação ativa dos setores populares, tanto nas discussões sobre que universidade se deseja, para quê, contra o que e na defesa do quê, como qual sua relação com o projeto de sociedade. Daí, a importância dos Movimentos Populares que vem lutando contra o modelo de sociedade opressor, os quais negam, não só o direito do povo à universidade, mas a dignidade humana.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO. C. R. **Paulo Freire, a educação, a cultura e a universidade**: memórias de uma história há cinquenta anos atrás . (Recebido por e-mail).

⁷ Ver texto de Marco Antonio Perruso intitulado como: Pedagogia Freireana e Marxismo: a formação política na Via Campesina Brasil . Disponível em:
<http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC473F.pdf>

BRASIL: MEC-SECAD/ **Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND)**.

BRASIL:MEC-**Plano de Desenvolvimento Institucional** - Campus São Gabriel da Cachoeira.2014-2018.

DUSSEL, E. **Para uma Ética da Libertação Latino Americana**. Vol. II. São Paulo: Loyola, 1977.

FERNANDES, F. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 22ª ed.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994a. 3ª ed.

FREIRE, P. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994b.

FREIRE, P. **Pedagogia do compromisso**: América Latina e educação popular. Indaiatuba: Villa das Letras, 2008.

FLEURI, R. M. **Conversidade**: conhecimento construído na relação entre educação popular e universidade. In: Educação Brasileira, Brasília, v. 27, n.54, p. 11-67, jan./jun.2005.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Volume I. Coleção Universidade livre. ed. Lisboa: Seara Nova,1976.

MACIEL, J. **A fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire**. Revista de Cultura da Universidade do Recife. Recife, n. 4, p. 25-58, abril/junho, 1963 (PDF).

PAULO, F.S. **Formação dos/as educadores/as populares de Porto Alegre formados/as em Pedagogia**: identidade, trajetória e desafios. 2010. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso(Especialização em Educação Popular) – Instituto Superior de Educação Ivoti & Instituto de Desenvolvimento Brava Gente, Porto Alegre.

PAULO, F.S. **A Formação do (as) Educadores(as) Populares a partir da Práxis: Um estudo de caso da AEPPA**. 2013. 278 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PEREIRA, I. Thiago. **Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições: a experiência do Alto Uruguai gaúcho**. 2014. 281f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PERICÁS, L. B. **José Carlos Mariátegui**: educação e cultura na construção do socialismo. In: STRECK, D. R. (Org.). Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 247-254.

PUIGGRÓS, A. **Andrés Bello**: o humanista latino-americano. In: STRECK, D. R. (Org.). *Fontes da pedagogia latino-americana*: uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 71-75.

ROSSATO, R. **Universidade**: nove séculos de história. 2. ed. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.

STRECK, D. R.; ADAMS, T. **Pesquisa em educação**: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 38, n. 1, p. 243-257, 2012.